



## COMO EMPRESAS DISTRIBUIDORAS DE ENERGIA ELÉTRICA BRASILEIRAS ATENDEM ÀS DIRETRIZES DA *GLOBAL REPORT INITIATIVE* EM SEUS RELATÓRIOS DE SUSTENTABILIDADE?

DOI:10.19177/rgsa.v7e32018150-173

Luiz Carlos Augusto de Carvalho<sup>1</sup>  
Luiz Panhoca<sup>2</sup>

### RESUMO

O crescimento da importância de questões socioambientais aumentou a necessidade das organizações comunicarem de forma consistente e confiável suas ações aos *stakeholders* através da publicação de relatórios de sustentabilidade. Entretanto, existem algumas dificuldades relacionadas à elaboração desses relatórios destacando-se a não obrigatoriedade de apresentação e a falta de padronização. Com base nisso, esse artigo tem o propósito de verificar como as concessionárias de distribuição de energia elétrica brasileiras tem atendido as diretrizes da *Global Report Initiative* (GRI) quando da elaboração de seus relatórios de sustentabilidade. O estudo, de natureza qualitativo, utilizou a técnica de análise de conteúdo para verificar a presença ou ausência dos indicadores propostos pela *Global Report Initiative* em 52 relatórios de concessionárias de energia elétrica. Os resultados mostraram que as concessionárias atenderam parcialmente as diretrizes e que as informações divulgadas, em sua maior parte, não passam por um processo de verificação externa. O estudo contribui ao evidenciar que a regulação e a obrigatoriedade de elaboração desses relatórios não proporcionam uma melhor qualidade de divulgação.

**Palavras-chaves:** Setor elétrico. GRI. Sustentabilidade.

<sup>1</sup> Mestre em Contabilidade, Área de Concentração - Contabilidade e Finanças (2016) pela UFPR; Especialista em Contabilidade e Finanças (2011) pela UFPR; Bacharel em Administração (2008) pela UFPR; Professor da Faculdade Paranaense. E-mail: [luiz.ufpr.2014@gmail.com](mailto:luiz.ufpr.2014@gmail.com)

<sup>2</sup> Pós-Doutorado em Geografia pela Universidade Federal do Paraná (2013); Doutorado em Controladoria e Contabilidade pela Universidade de São Paulo (2001); Mestrado em Economia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1995); Graduado em Engenharia pela Fundação Educacional Inaciana Padre Sabóia de Medeiros (1977). E-mail [panhoca.luiz@gmail.com](mailto:panhoca.luiz@gmail.com)

## 1 INTRODUÇÃO

No contexto globalizado e competitivo dos mercados, onde a existência de empresas que desrespeitam o meio ambiente não é bem vista pela sociedade, as organizações, antes de instalar uma nova fábrica ou lançar um novo produto, passaram a levar em consideração os impactos socioambientais associados. Esses se tornaram determinantes no desenvolvimento de novas tecnologias e processos fazendo com que as companhias invistam recursos e tempo em ações relativas à gestão socioambiental (CAGNIN, 2000).

Dessa maneira, as organizações devem implementar políticas e práticas de responsabilidade empresarial tendo como alvo a sustentabilidade no longo prazo, visando manter um bom relacionamento com todas as partes interessadas (OLIVEIRA *et al.*, 2006). Esse alinhamento *empresa - stakeholders* torna-se essencial devido a possibilidade de que grupos insatisfeitos com as ações e políticas da empresa possam boicotá-la por meio de mecanismos de mercado, por exemplo, não adquirindo os produtos e serviços ofertados (COCHRAN, 2007). Assim, o crescimento da importância de questões socioambientais também aumentou a necessidade de as organizações comunicarem de forma consistente e confiável suas ações às partes interessadas, haja vista que essas de alguma maneira contribuem para o sucesso destas (HAHN; KÜHNEN, 2013).

As necessidades desses *stakeholders* podem ser supridas por meio das informações fornecidas pela contabilidade, pois essa tem por objetivo mensurar e comunicar todos eventos que possam alterar o patrimônio da entidade (YAMAMOTO; SALOTTI, 2006). No caso das informações de natureza socioambiental, essas necessidades são atendidas pela divulgação de relatórios de sustentabilidade, os quais podem ser apresentados sob diversas denominações, como Balanço Social, Relatório Socioambiental, Relatório de Responsabilidade Empresarial, dentre outros (ROCA; SEARCY, 2012; MORISUE; RIBEIRO; PENTEADO, 2012), sendo que o presente estudo adota o termo Relatório de Desempenho Socioambiental (RDS) pois esse documento permite acompanhar o desempenho da concessionária quanto aos objetivos da sustentabilidade.

Em contrapartida, existem algumas dificuldades relacionadas à elaboração de RDS, as quais podem atrapalhar a obtenção de informações pelas partes interessadas, podendo-se destacar a não obrigatoriedade de apresentação, a qual impede o efetivo acompanhamento de todas as entidades pela sociedade, e a falta de padronização dos relatórios, a qual impossibilita a comparação entre as organizações (DIAS, 2006; SIQUEIRA; FERNANDES, 2011).

Tal fato tende a ser diferente no Setor Elétrico Brasileiro (SEB) porque Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), agência reguladora do setor, instituiu a obrigatoriedade de apresentação de um RDS mínimo pelas concessionárias, baseado no modelo sugerido pela *Global Report Initiative* (GRI), organização internacional voltada ao estabelecimento de padrões de relatório de sustentabilidade. Vale ressaltar que, atualmente, as diretrizes de divulgação propostas pela GRI são consideradas referências em nível global (LOZANO, 2006; LOZANO; HUISINGH, 2011; JOSEPH, 2012; ANZILAGO, 2015).

Dessa forma, esse artigo tem o propósito de responder a seguinte questão de pesquisa: como as concessionárias de distribuição de energia elétrica brasileiras, em seus relatórios de sustentabilidade referente ao ano de 2014, atenderam as diretrizes da *Global Report Initiative* (GRI)?

Nesse sentido, o estudo busca descrever como as concessionárias de distribuição de energia elétrica atenderam aos padrões para divulgação de conteúdo proposto pela GRI.

A investigação justifica-se por possuir contribuições sob os aspectos teórico e prático. Quanto ao primeiro, conforme Múrcia *et al.* (2008), existe uma escassez de estudos em países menos desenvolvidos sobre o tema. Além disso, o presente artigo utilizar como parâmetro de análise a versão mais recente das Diretrizes GRI (GRI G4). De igual modo, o trabalho ao buscar evidenciar de que maneira as concessionárias, as quais prestam um serviço essencial à população e importante para o desenvolvimento do país (ANEEL, 2014), vem reportando suas ações socioambientais. Assim, o estudo permite a elaboração de um retrato dos RDS que estão sendo apresentados pelas concessionárias do SEB, com intuito de fornecer elementos para o aperfeiçoamento do processo de divulgação socioambiental nesse importante setor da economia, sendo essa uma das contribuições à prática.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 A GRI e suas Diretrizes

Tanto no Brasil quanto em alguns outros países ainda não existe uma definição quanto ao formato que o RDS deve possuir. Isso levou algumas organizações não-governamentais a recomendar modelos de RDS, os quais são de livre aceitação pelas organizações. A GRI, organização internacional independente, foi criada na cidade de Boston, nos Estados Unidos, em 1997, sendo uma destas organizações não-governamentais, se engajou em desenvolver um formato para divulgação das informações socioambientais (JOSEPH, 2012; ROCA, SEARCY, 2012).

A GRI é uma entidade que ajuda empresas, governos e organizações a compreender e comunicar o impacto das mesmas sobre questões críticas de sustentabilidade, tais como as alterações climáticas, os direitos humanos, a corrupção e muitos outros. A organização espera que o modelo recomendado reflita a responsabilidade social da organização que o utilizar (DIAS, 2006; GRI, 2015). Ressalta-se que o padrão recomendado por essa entidade, atualmente, é o mais aceito pela comunidade internacional (JOSEPH, 2012; ROCA, SEARCY, 2012), apesar de não ser uma unanimidade (ROCHA, 2012; MILNER; GRAY, 2013; HAHN; KUHNEN, 2013).

Divergências à parte, cabe ressaltar que o modelo vem se consolidando a cada ano, haja vista que desde o seu lançamento em 2000 a organização já editou cinco versões das Diretrizes GRI. Atualmente, as Diretrizes GRI propostas para RDS estão na quarta geração, sendo a versão vigente denominada: Diretrizes G4. Segundo a GRI (2013, p. 03), “as Diretrizes G4 foram desenvolvidas para serem universalmente aplicáveis a todas as organizações, tanto de grande como de pequeno porte, em todo o mundo”. Isso permite a utilização tanto por relatores experientes como pelos iniciantes (GRI, 2013).

As Diretrizes GRI são compostas por duas partes: os Princípios para Relato e Conteúdos Padrão e o Manual de Implementação. Na primeira, são expostos os

princípios, conteúdos e critérios a serem aplicados para que a organização elabore seu RDS conforme as Diretrizes. Na segunda, o manual disponível explica como aplicar os princípios para relato, preparar as informações a serem divulgadas e interpretar os diversos conceitos estabelecidos nas Diretrizes (GRI, 2013).

As Diretrizes G4 possuem duas opções para a organização do conteúdo que podem receber o “De Acordo” da entidade: a opção **Essencial**, contendo elementos essenciais de um relatório de sustentabilidade, e a opção **Abrangente**, a qual tem a opção Essencial como base, porém, exige a divulgação de informações adicionais (estratégia, análise, governança, ética e integridade da organização) a respeito da organização. (GRI, 2013; ANZILAGO, 2015).

Com relação aos Conteúdos Padrão Gerais, esses aplicam-se a todas as organizações que elaboram RDS. Os conteúdos a serem relatados dependem da abrangência escolhida para elaboração do relato. No entanto, é possível identificar sete divisões do Conteúdos Padrão Gerais (QUADRO 1), bem como os indicadores que devem ser relatados considerando a opção Essencial, isto é, o padrão mínimo de informação que deve ser divulgada por qualquer organização (GRI, 2013).

Quadro 1 – Elementos de conteúdos padrão das diretrizes GRI

Conteúdos Padrão	Definição do Conteúdo	Principais Informações	Indicadores (Opção Essencial)	Indicadores (Opção Abrangente)
Estratégia e Análise	Perspectivas sobre tópicos estratégicos da sustentabilidade da organização	Informações sobre as perspectivas relacionadas aos tópicos estratégicos	G4-1	G4 – 1; G4-2
Perfil Organizacional	Visão geral das características organizacionais	Informações sobre as características organizacionais.	G4-3; G4-4; G4-5; G4-6; G4-7; G4-8; G4-9; G4-10; G4-11; G4-12; G4-13; G4-14; G4-15; G4-16	G4-3; G4-4; G4-5; G4-6; G4-7; G4-8; G4-9; G4-10; G4-11; G4-12; G4-13; G4-14; G4-15; G4-16
Aspectos Materiais Identificados e Limites	Processo adotado pela organização para definir o conteúdo do relatório	Informações sobre o processo para definir as informações específicas a serem incluídas no relatório.	G4-17; G4-18; G4-19; G4-20; G4-21; G4-22; G4-23	G4-17; G4-18; G4-19; G4-20; G4-21; G4-22; G4-23
Engajamento de Stakeholders	Engajamento de stakeholders da organização no decorrer do período coberto pelo relatório	Informações sobre o engajamento de stakeholders da organização no decorrer do período coberto pelo relatório	G4-24; G4-25; G4-26; G4-27	G4-24; G4-25; G4-26; G4-27
Perfil do Relatório	Visão geral de informações básicas sobre o relatório e verificação externa	Informações básicas sobre o relatório, periodicidade, verificação externa, etc.	G4-28; G4-29; G4-30; G4-30; G4-31; G4-32; G4-33	G4-28; G4-29; G4-30; G4-30; G4-31; G4-32; G4-33
Estrutura de Governança e sua Composição	Estrutura de governança e envolvimento da liderança da empresa	Informações sobre a estrutura de governança da companhia.	G4-34	G4-34; G4-35; G4-36; G4-37; G4-38; G4-39; G4-40; G4-41; G4-42; G4-43; G4-44; G4-45; G4-46; G4-47; G4-48; G4-49; G4-50; G4-51; G4-52; G4-53; G4-54; G4-55
Ética e Integridade	Visão sobre valores, princípios, padrões e normas da organização	Informações sobre os valores, princípios, padrões e normas da organização, bem como mecanismos internos e externos relacionados ao comportamento ético.	G4-56	G4-56; G4-57; G4-58
Conteúdos Setoriais Padrões	Indicadores e Informações de Gestão Relacionadas a Aspectos Específicos	Informações sobre os aspectos econômico, social e ambiental específicos para o negócio da entidade.	Devem ser incluídos, se disponíveis para o setor no qual a organização atua	Devem ser incluídos, se disponíveis para o setor no qual a organização atua

Fonte: os autores (2016).

As Diretrizes GRI devem permitir a elaboração do RDS por especialistas e por empresas inexperientes em reporte de sustentabilidade (GRI, 2013). Todavia, apesar de iniciativas rumo a normalização, como a da GRI, ainda existem

disparidades consideráveis entre empresas de diferentes ambientes institucionais no que se refere ao conteúdo e à qualidade desses informes (HAHN; KUHNEN, 2013). Semelhantemente, algumas iniciativas de regular a divulgação socioambiental no âmbito de um determinado setor da economia, como a implantada pela ANEEL no SEB, a qual é apresentada na seção seguinte, parecem necessitar de aperfeiçoamento, haja vista que discrepâncias quanto ao atendimento dos padrões existentes ainda tem sido encontradas (GARCIA *et al.*, 2015; MORISUE; RIBEIRO; PENTEADO, 2012), apesar de existirem evidências de melhorias oriundas da regulamentação implementada (BRAGA *et al.*, 2011).

## 2.2 Informação Socioambiental no SEB

Existem diversos *stakeholders* interessados no desempenho das concessionárias do SEB, dentre esses podem-se destacar: a ANEEL, agência que regula o setor; o MME, órgão de Estado que estabelece as diretrizes para o SEB visando a manutenção do equilíbrio conjuntural e estrutural entre a oferta e a demanda de energia elétrica no país; a EPE, órgão responsável pelo planejamento setorial; Poderes Públicos Estaduais e Municipais, os quais possuem interesses relacionados à arrecadação tributária e aos investimentos realizados pelas concessionárias; fornecedores, que disputam os volumosos contratos de prestação de serviços atrelados aos projetos do SEB; IBAMA e demais órgãos ambientais, cuja missão é analisar e emitir as licenças necessárias a implantação e operação dos empreendimentos do SEB; investidores, interessados no desempenho das concessionárias listadas em bolsa; Organizações Não-Governamentais, as quais fiscalizam e pressionam as autoridades e empreendedores no que se refere à preservação do meio ambiente; associações de classe (empresariais ou de profissionais) que lutam pela defesa dos interesses de seus associados (MÜLLER-MONTEIRO, 2007).

Observa-se o grande número de interessados nas atividades relacionadas às concessionárias do SEB, sendo que a ANEEL, por determinação legal, tem a incumbência de fiscalizar e regular o setor, inclusive, nas questões de ordem econômico-financeiras. Para isso, a agência institui a contabilidade regulatória, espécie de contabilidade paralela, que além de permitir um melhor acompanhamento das concessões, possibilita também a prestação de contas por

partes das empresas que atuam no setor, haja vista que essas prestam um serviço público essencial à comunidade (ANEEL, 2010; BRUGNI *et al.*, 2013).

Desde a sua gênese, a contabilidade aplicada ao SEB já se preocupava com sustentabilidade do setor, haja vista os notórios problemas socioambientais atrelados à indústria de energia elétrica. Nesse sentido, também foi preocupação do regulador a obrigatoriedade de prestação de contas pelas concessionárias sobre seu desempenho socioambiental (GARCIA *et al.*, 2015), por meio da apresentação do RDS.

Quando da publicação da Resolução Normativa 396/2010, a ANEEL instituiu o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE) e criou a Central de Informações Econômico-Financeira do Setor Elétrico (CIEFSE) com o objetivo de proporcionar maior transparência quanto aos relatórios contábeis regulatórios apresentados pelas concessionárias. A central funciona como um repositório no qual devem constar todos as Demonstrações Contábeis (Societária e Regulatória) das concessionárias (ANEEL, 2010). O acesso é aberto a toda sociedade, sendo necessário apenas a realização de um cadastramento prévio no *website* da própria ANEEL.

Mais recentemente, a ANEEL editou a Resolução Normativa 605/2014, que reformulou o MCSE, visando contemplar as alterações estabelecidas pelas Normas Internacionais de Contabilidade introduzidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), bem como atualizou o RDS aplicável ao SEB visando o seu aprimoramento e alinhamento à nova realidade dos padrões de divulgação, inclusive, prevendo a possibilidade de apresentação do RDS no formato do Relato Integrado desde que sejam contemplados os indicadores e informações aplicáveis ao SEB (ANEEL, 2014).

### **2.3 Estudos Recentes**

A comunicação acerca de sustentabilidade empresarial e responsabilidade social corporativa tem sido objeto de numerosos estudos em anos recentes, inclusive, tem aumentado a quantidade de estudos nacionais que investigam o nível de evidenciação socioambiental das empresas brasileiras. Em sua maioria, essas pesquisas analisam algum tipo de relatório utilizando a análise de conteúdo tentando

verificar o atendimento, ou não, de algum parâmetro estabelecido (GUABIANI, SANTOS, BEUREN, 2012).

Morisue, Ribeiro e Penteado (2012) buscaram verificar a evolução dos indicadores propostos pela GRI nos RDS apresentados pelas empresas brasileiras do setor de energia elétrica, no período de 2006 a 2009. Os achados da pesquisa mostraram que ocorreu um aumento da utilização dos indicadores, porém, as empresas selecionadas apresentaram diferentes níveis de conformidade com as Diretrizes GRI. Similar aos achados de Braga et. al. (2011), os resultados também sugerem que a regulamentação estabelecida pela ANEEL contribuiu para evolução da divulgação socioambiental no SEB.

Calixto (2013) investigou de forma comparativa as informações socioambientais divulgadas por 226 companhias latino-americanas situadas em 05 países (Argentina, Brasil, Chile, México e Peru), no período de 2004 a 2009. Dentre os principais resultados, concluiu-se que a maioria das companhias de capital aberto não disponibiliza informações socioambientais nos seus relatórios anuais ou em relatórios de sustentabilidade. Também foi observado que a utilização das diretrizes GRI entre as companhias latino-americanas é reduzida.

Martini Junior, Silva e Mattos (2014) realizaram um exame dos relatórios de sustentabilidade com base na GRI elaborados por 03 empresas do segmento de geração de energia elétrica. O resultado do estudo indicou que as empresas falharam na validação das informações antes do início da elaboração propriamente dita do relatório, trazendo prejuízos quanto qualidade e credibilidade da informação. Isso sugere que os testes disponíveis nos princípios da GRI não estão sendo empregados ou são adotados sem eficácia.

O estudo de Góis, De Luca e Vasconcelos (2015) com empresas listadas nas BM&FBovespa e na Bolsa de Madrid, publicado recentemente, procurou identificar os determinantes da divulgação dos indicadores de desempenho de sustentabilidade da GRI. Foram analisados os RDS de 94 empresas de capital aberto, referentes ao ano de 2011. Os achados levam a inferir que o nível de evidenciação das informações voltadas para a sustentabilidade pode estar associado com as características intrínsecas das empresas (tamanho, rentabilidade, endividamento, auditoria, setor de impacto ambiental e idade).

Roca e Searcy (2012) em estudo com RDS de 94 empresas canadenses publicados em 2008, dessa amostra, 31 empresas divulgavam RDS segundo as



Diretrizes GRI. A pesquisa objetivou identificar quais indicadores estavam sendo utilizados nos RDS. Os resultados evidenciaram que houve diferenças consideráveis na frequência de comunicação dos indicadores ambientais, econômicos e sociais sugeridas pelas Diretrizes GRI.

Moseñe *et al.* (2013), por meio de análise conteúdo dos RDS publicados por 07 empresas espanholas de energia eólica, entre os anos de 2005 a 2009, realizaram uma análise comparativa dos níveis de conformidade do uso dos indicadores da GRI. Os resultados demonstraram que apesar das diferenças existentes quanto as informações relatadas, ao longo do tempo, através de um processo mimético, as empresas passaram a convergir sobre o conjunto das informações fornecidas.

Em seu estudo, Lozano (2013), buscou analisar o relato de questões interligadas (entre dimensões) nos RDS de 53 empresas europeias, referente ao ano de 2009, sendo 13 indústrias classificadas no nível A + da GRI. O autor utiliza em suas análises uma ferramenta, a *Graphical Assessment of Sustainability Performance* (GRASP). A investigação concluiu que questões interligadas são bastantes divulgadas, porém, com baixo desempenho. Adicionalmente, que os RDS ainda tratam as questões de sustentabilidade a partir de uma perspectiva compartimental.

Alazzani e Wan-Hussin (2013) avaliaram as práticas ambientais das 08 empresas de petróleo e gás com base nas Diretrizes GRI. A análise de conteúdo dos RDS do ano de 2009 indica que as empresas fizeram esforços razoáveis para divulgar o seu desempenho ambiental em conformidade com as orientações da GRI. Os autores também concluíram que as Diretrizes GRI são eficientes como padrões de relato de sustentabilidade.

### **3 METODOLOGIA**

Inicialmente, faz-se necessário descrever as principais características da pesquisa, ou melhor, sua tipologia. Para os autores Raupp e Beuren (2013), atualmente, na literatura não existe uma uniformidade entre os acadêmicos sobre as tipologias e delineamento de pesquisas existentes. Com base nisso, este estudo adota as tipologias a seguir (QUADRO 2).

Quadro 2 – Classificação da pesquisa

<b>Categoria</b>	<b>Classificação</b>	<b>Referência</b>
Período temporal	<i>ex-post facto</i>	Martins e Theóphilo (2007, p. 59)
Abordagem do problema	Qualitativa-quantitativa	Martins e Theóphilo (2007, p. 136)
Objetivos	Descritiva	Raupp e Beuren (2013, p. 81)
Procedimentos	Documental	Fachi (2006, p. 146)
Dimensão temporal	Transversal	Beuren (2013, p. 68)
Técnica de análise de dados	Análise de Conteúdo	Bardin (2004, p. 37)

Fonte: os autores (2016).

A população a ser pesquisada é composta pelas concessionárias de distribuição de energia elétrica do SEB as quais totalizam 63 concessionárias, sendo que as empresas distribuição em seu conjunto possuem atuação em todo o território brasileiro. O segmento de distribuição caracteriza-se pela existência de um concessionário que detém a concessão, permissão ou autorização para distribuir energia elétrica, ao consumidor final ou a outra unidade suprida, exclusivamente de forma regulada. A exploração do serviço público de distribuição de energia elétrica é concedida por área geográfica (município, estado ou região).

Nessa investigação, optou-se por utilizar a técnica de análise de conteúdo porque os dados analisados referem-se as comunicações presentes nos RDS apresentados pelas concessionárias de energia elétrica. Para análise dos RDS das concessionárias utilizou-se como parâmetro as informações exigidas para elaboração, conforme a opção **Essencial** das Diretrizes GRI G4, considerando apenas os **Conteúdos Padrão Gerais**, exceto o Conteúdos Padrões Setoriais e o indicador G4-32, resultando na análise de 33 indicadores. Em seguida, após a coleta dos RDS, com auxílio do software *ATLAS.ti 7 Free Trial Version*<sup>®</sup> e do *Adobe Reader*<sup>®</sup> foram localizados nos relatórios os indicadores sugeridos pelas Diretrizes GRI.

A mensuração do atendimento das Diretrizes GRI, foi realizada por meio da verificação da **presença** ou **ausência** dos elementos do Conteúdo Padrão Gerais. Para isso considerou-se o atendimento do elemento do Conteúdo Padrão Gerais quando pelo menos 50% dos indicadores exigidos foram relatados. Sendo gerado variáveis dicotômicas convertidas para *dummys* (presença = 1; ausência = 0).


Calculou-se um índice de atendimento para cada um dos sete conteúdos padrões, bem como um índice geral por concessionária ( $I_{RDS}$ ) por meio de uma média simples. Essa determinação considerou a expressão abaixo:

$$IRDS = \frac{GRI\ 1 + GRI\ 2 + GRI\ 3 + GRI\ 4 + GRI\ 5 + GRI\ 6 + GRI\ 7}{7} \quad (1)$$

Onde:

- $I_{RDS}$  = representa o índice de atendimento de cada RDS analisado
- *GRI 1* = representa o conteúdo padrão *Estratégia e Análise*
- *GRI 2* = representa o conteúdo padrão *Perfil Organizacional*
- *GRI 3* = representa o conteúdo padrão *Aspectos Materiais Identificados e Limites*
- *GRI 4* = representa o conteúdo padrão *Engajamento de Stakeholders*
- *GRI 5* = representa o conteúdo padrão *Perfil do Relatório*
- *GRI 6* = representa o conteúdo padrão *Governança*
- *GRI 7* = representa o conteúdo padrão *Ética e Integridade*

Seguidamente, foi cálculo um índice de atendimento geral para o segmento de distribuição composto pela média simples do somatório dos índices individuais das concessionárias ( $I_{RDS}$ ), segundo a expressão abaixo:



$$GRI\ Geral = \frac{\sum_{i=1}^n I_{RDS}}{n} \quad (2)$$

Para aperfeiçoar as análises e evitar possíveis distorções oriundas do tamanho da organização, pois organizações maiores causam impactos maiores e, por conseguinte, devem prestar um volume maior de informações, decidiu-se por utilizar um outro índice o qual considerasse o volume das atividades de cada concessionária. Assim, utilizou-se a ponderação dos índices de atendimento por um fator baseado na Receita Operacional Líquida (ROL) da concessionária, segundo a equação 3 a seguir.

$$GRI\ Balanceado = \sum_{i=1}^n IRDS \times (ROL_i / ROL_t) \quad (3)$$

Onde:

- *GRI Balanceado* = representa o índice balanceado de atendimento às Diretrizes GRI;

- $I_{RDS}$  = representa o índice de atendimento de cada RDS apresentado pelas concessionárias;
- $ROL_i$  = representa a ROL individual da concessionária;
- $ROL_t$  = representa o somatório da ROL das concessionárias pesquisadas.

A seguir, passar-se-á a apresentação e discussão dos resultados da análise de conteúdo.

#### 4 ANÁLISE DE DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Conforme exposto na seção anterior, o segmento de distribuição de energia elétrica no Brasil é composto por 63 concessionárias. Quanto à coleta dos relatórios, foi possível reunir 53 relatórios, correspondente ao ano de 2014, sendo que um desses foi descartado devido à qualidade baixa da impressão a qual impossibilitava a visualização. Tal resultado representa um índice de 84,1% de sucesso na coleta dos RDS de 52 concessionárias, as quais foram listadas no quadro abaixo.

Quadro 3 – Concessionárias com relatórios analisados



Concessionária	Código	Concessionária	Código
AES Eletropaulo	D01	COSERN	D27
AES Sul	D02	CPFL Paulista	D28
Amazonas Distribuidora	D03	CPFL Jaguari	D29
Ampla	D04	CPFL Leste Paulista	D30
EDP Bandeirantes	D05	CPFL Mococa	D31
Boa Vista	D06	CPFL Piratininga	D32
Bragantina	D07	CPFL Santa Cruz	D33
Caiuá Distribuidora	D08	CPFL Sul Paulista	D34
CEB Distribuição	D09	DME Distribuição	D35
CEEE Distribuição	D10	DEMEI	D36
CELESC Distribuição	D11	Energisa - Paranapanema	D37
CELG Distribuição	D12	EFL Santa Maria	D38
CELPA	D13	EFL João Cesar	D39
CELPE	D14	ELEKTRO	D40
CEMAR	D15	EletroAcre	D41
CEMIG Distribuição	D16	Eletrocar	D42
CEPISA	D17	Energisa MS	D43
CERON	D18	Energisa MT	D44
Energisa - CFLO	D19	Energisa Tocantins	D45
CHESP Distribuição	D20	EDP Escelsa	D46
CNEE	D21	FORCEL	D47
COCEL	D22	Iguaçu Distribuidora	D48
COELBA	D23	LIGHT SESA	D49
COELCE	D24	MUXFELD Energia	D50
CoopeAliança	D25	RGE Distribuição	D51
COPEL Distribuição	D26	Nova Palma	D52

Fonte: dados da pesquisa (2016).

Ressalta-se que os RDS de algumas concessionárias não estavam disponíveis na CIEFSE, base de dados da ANEEL, sendo que os mesmos foram coletados diretamente dos *websites* das companhias quando possível. Nesse sentido, verifica-se uma falha da agência reguladora quanto à fiscalização da apresentação dos relatórios pelas concessionárias, haja vista que a divulgação do documento é obrigatória conforme Resolução Normativa 396/2010, que instituiu o MCSE (ANEEL, 2010).

Além disso, também foram retiradas dos *websites* das concessionárias de distribuição algumas informações de caráter econômico-financeiras, no caso a Receita Operacional Líquida (ROL), necessária, por exemplo, para classificação das empresas pelo porte e para o cálculo do índice *GRI Balanceado*, quando estas não foram localizadas nos respectivos RDS.

Quanto à análise do atendimento das Diretrizes GRI, inicialmente calculou-se índices de atendimento por RDS analisado, segundo a equação 1. Em seguida, somou-se os resultados das 52 concessionárias, por média simples, para obtenção de um índice global de atendimento (*GRI Geral*). Semelhantemente, referente a cada um dos sete conteúdos padrão gerais, das Diretrizes GRI G4, obteve-se um índice de atendimento (GRI 1, GRI 2, GRI 3, GRI 4, GRI 5, GRI 6, GRI 7).

Observou-se que o conteúdo padrão menos atendido, apenas 25%, pelos RDS das concessionárias é o **GRI 3 - Aspectos Materiais Identificados e Limites**, o qual se refere aos aspectos materiais do relatório. Isso significa que as concessionárias, ao não relatarem como as informações presentes no relatório foram selecionadas, deixam de garantir a credibilidade desse documento e, conseqüentemente, também não é possível afirmar que o conteúdo relatado realmente atende as necessidades informacionais dos *stakeholders*.

O fato deste indicador apresentar um índice baixo também sugere que as concessionárias não possuem uma sistemática para construção do RDS, pois, caso contrário, não haveria motivos para não divulgar a mesma. Ao mesmo tempo, as concessionárias também podem estar enfrentando dificuldades em identificar aspectos de materialidade para a confecção do RDS junto às partes interessadas (FERREIRA-QUILICE; CALDANA, 2015).

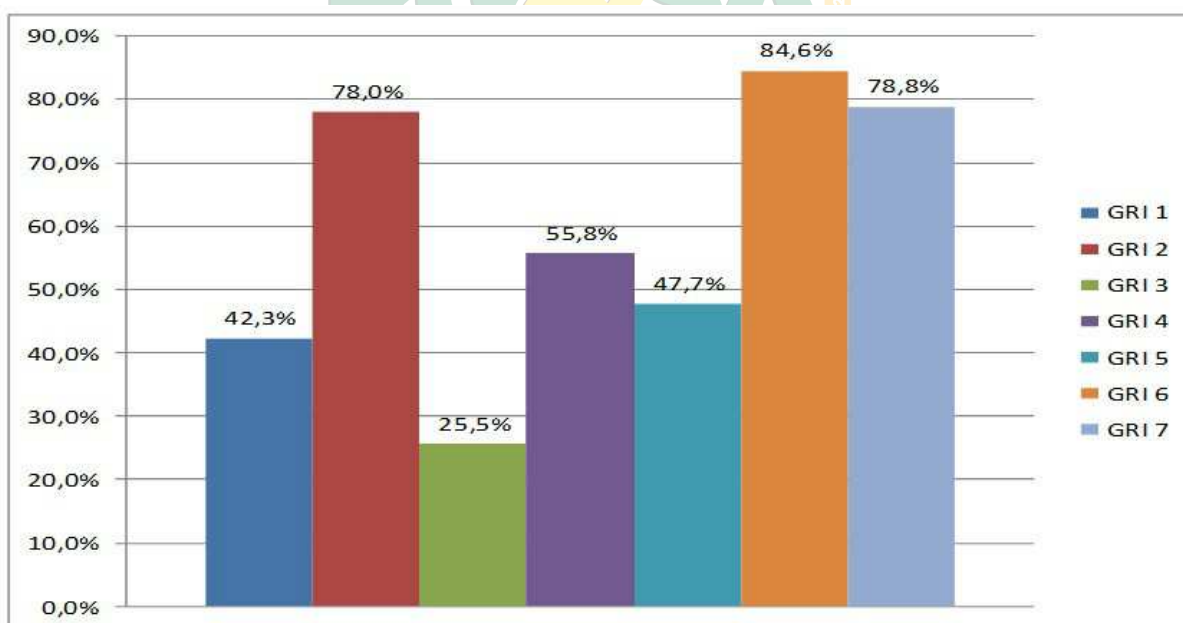
Adicionalmente, é possível inferir que essas acabam por divulgar no RDS aquelas informações selecionadas por suas equipes, as quais, em geral, devem servir para enfatizar aspectos positivos da empresa. Desse modo, é factível que os RDS da população analisada acabem funcionando como instrumentos para enaltecer a imagem da organização. Esse fato é similar aos achados dos estudos de Carvalho (2007), Gubiani, Santos e Beuren (2012) e Calixto (2013).

O conteúdo padrão Estratégia e Análise, representado pelo indicador **GRI 1 - Estratégia e Análise**, foi o segundo menos relatado, tendo, em média, atingido um índice de apenas 42,3%. Como esse conteúdo refere-se apenas ao indicador **G4 - 1- Mensagem da Administração**, denota-se que a maior parte das concessionárias não apresentaram em seus RDS uma simples mensagem oriunda da maior autoridade da empresa (diretor, presidente, presidente do conselho de administração, etc) relatado o comprometimento da empresa com a sustentabilidade.

Eventualmente, verificou-se que os RDS contém uma mensagem que relata o comprometimento da organização com os objetivos da sustentabilidade, porém, tal mensagem é atribuída genericamente à administração da empresa, sendo que, em alguns casos, para concessionárias que integram o mesmo grupo econômico, a mensagem divulgada é praticamente a mesma, ou seja, levando a conclusão de que a mesma se refere a um texto padrão utilizado nos relatório das empresas que pertencem à um mesmo grupo econômico.

De igual modo, o terceiro conteúdo padrão menos relatado, o **GRI 5 - Perfil do Relatório**, refere-se às características específicas do RDS, como sua periodicidade e a existência de verificação externa. Nesse quesito, os RDS apresentaram menos da metade, ou 47,7%, das informações recomendadas pela GRI. A ausência de informações desse indicador prejudica uma análise mais profunda do desempenho socioambiental das concessionárias, especialmente no que se refere à comparabilidade de relatórios ao longo do tempo.

Gráfico 1 – Índice de atendimento por conteúdo padrão



Fonte: dados da pesquisa (2016).

Os indicadores **GRI 2 - Perfil Organizacional**, **GRI 4 - Engajamento de Stakeholders**, **GRI 6 – Governança** e **GRI 7 - Ética e Integridade**, apesar de terem apresentado atendimento acima de 50% do conteúdo padrão, quando considerada a média simples, ainda assim, deixaram a desejar quanto ao atendimento pleno das

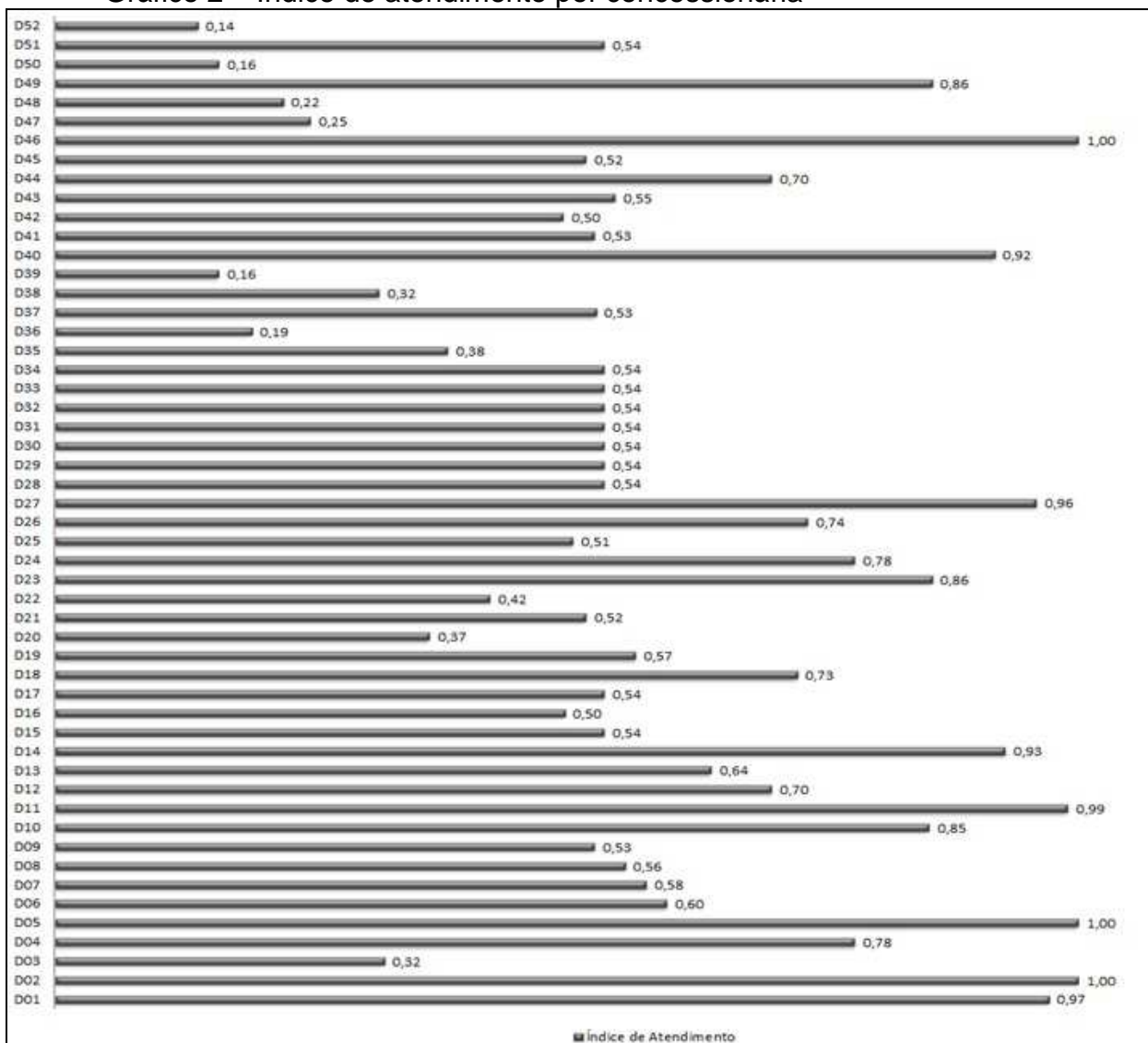
Diretrizes GRI, haja vista que foi utilizado como parâmetro os Conteúdos Padrão Gerais, opção Essencial, proposto por aquela organização. Esse resultado é condizente com os achados de outros autores (CARVALHO, 2007; CASTRO, 2008; ROCA; SEARCY, 2012; LOZANO, 2013; ALAZZANI; WAN-HUSSIN, 2013; CALIXTO, 2013), os quais evidenciaram que as empresas geralmente atendem de forma parcial aos padrões recomendados pela GRI.

Sequencialmente, foi realizada uma análise considerando os índices gerais de atendimento obtidos pelas 52 concessionárias de distribuição. Dessas, apenas 03 (três) conseguiram atender plenamente (Índice de Atendimento igual a 100%) a todos os indicadores da versão GRI G4 das Diretrizes GRI, considerando a opção mais simples, isto é, a opção “Essencial”. De igual modo, verificou-se que a maior parte das concessionárias (59,6%) se encontram situadas no 3º Quartil do grupo, portanto, apresentando índices de atendimento entre 50,0% e 75,0%. No gráfico a seguir, pode-se verificar os resultados encontrados para os índices de cada concessionária (GRÁFICO 2).

Quando analisado índice GRI Geral (EQUAÇÃO 2) calculada para o grupo de concessionárias, o atendimento as Diretrizes GRI atingiu o patamar de 62,6%, o que sugere que a maior parte das informações deixaram de ser divulgadas pelas concessionárias. Semelhantemente, o cálculo do GRI Balanceado (EQUAÇÃO 3) resultou em um valor um pouco melhor (77,1%). Apesar do resultado ter melhorado em 23,0%, a quantidade de informação necessária ainda se apresenta bem abaixo do recomendado pela GRI considerando a opção “Essencial” das Diretrizes GRI G4.



Gráfico 2 – Índice de atendimento por concessionária



Fonte: dados da pesquisa (2016).

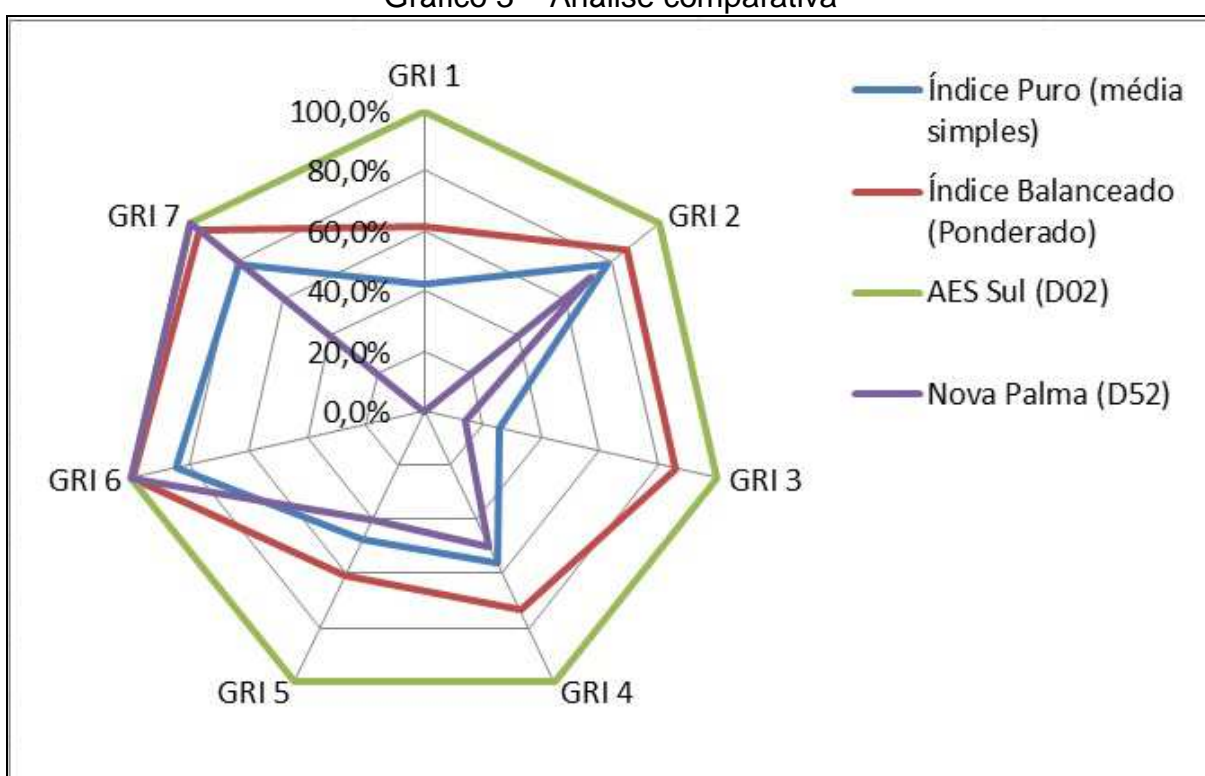
Outro aspecto analisado refere-se especificamente ao indicador **G4 - 33 – Verificação Externa**, ou qual consiste em informar aos usuários sobre a existência de validação externa das informações divulgadas no RDS. Das 52 concessionárias, apenas 12 relataram esse indicador, sendo que, dessas, apenas 04 concessionárias afirmaram que as informações relatadas passaram por um processo de auditoria. O fato de não existir verificação das informações e indicadores relatados faz com que esses RDS tenham a sua credibilidade diminuída porque é fato que existe a tendência das concessionárias relatarem, principalmente, informações positivas, podendo, eventualmente, manipular dados.

Além disso, tendo em vista que a contratação de auditoria externa ocasiona maiores gastos, a falta de validação das informações de natureza socioambiental pode estar relacionada à redução de custos. Esse fato encontra-se alinhado aos

argumentos de Elkington (2012) o qual sustenta que questões sociais e ambientais somente são consideradas nos processos de verificação externa em casos especiais. Adicionalmente, a falta de auditoria desses relatórios impede que funcionários e os *stakeholders* sejam estimulados a aperfeiçoar os mecanismos de gestão da sustentabilidade (ELKINGTON, 2012).

Também foi realizada uma análise comparativa (GRÁFICO 3) considerando os índices obtidos por uma das melhores concessionárias (AES Sul – D02), pela concessionária de pior desempenho (Nova Palma - D52), o *Índice GRI Geral* e o *GRI Balanceado*.

Gráfico 3 – Análise comparativa



Fonte: dados da pesquisa (2016).

Pelo gráfico pode-se verificar que os resultados do índice *GRI Balanceado* para o SEB são ligeiramente melhores dos que os calculados para o *GRI Geral*, aquele que considera apenas a média simples em seu cálculo. Caso a análise ficasse restrita apenas à média simples encontrada para os índices individuais, o resultado do índice de atendimento geral do setor estaria distorcido. Isso porque a divulgação de uma concessionária de pequeno porte teria o mesmo peso de uma concessionária de grande porte.

Todavia, com a introdução do índice *GRI Balanceado* pode-se atribuir maior importância às concessionárias que efetivamente provocam um maior impacto na

sociedade, sendo utilizado como parâmetro a ROL das concessionárias. Dessa forma, o estudo considera que quando uma concessionária de grande porte deixa de relatar algum conteúdo padrão, essa ausência de informação tem maior reflexo no índice de atendimento global do setor.

Com base nisso, verifica-se que, apesar da melhoria nos índices de divulgação de conteúdo para o *GRI Balanceado*, esse ainda encontra-se aquém do mínimo previsto pelas Diretrizes GRI G4, considerando a opção “Essencial”. Como esse parâmetro, segundo a GRI (2013), representa um padrão mínimo de informações que os relatórios de sustentabilidade devem divulgar, pode-se concluir que a informação socioambiental veiculada pelas concessionárias do setor elétrico encontra-se deficiente. Desse modo, infere-se que os *stakeholders* não estão tendo acesso as informações mínimas necessárias para avaliação adequada do desempenho socioambiental das concessionárias.

Adicionalmente, uma análise conjunta (GRÁFICO 2 e 3) evidencia grandes disparidades entres os índices de atendimento individuais obtidos pelas concessionárias, semelhante aos resultados encontrados para a melhor concessionária, como a D02 (AES Sul), e a pior delas, no caso da concessionária D52 (Nova Palma), o que corrobora com os achados de Morisue, Ribeiro e Penteado (2012).

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta investigação consistiu em descrever como as concessionárias de distribuição de energia elétrica brasileiras, em seus relatórios de sustentabilidade referente ao ano de 2014, atenderam as diretrizes da *Global Report Initiative* (GRI). Fundamentado nos princípios da sustentabilidade e responsabilidade social corporativa buscou-se verificar se os RDS apresentados pelas concessionárias do SEB, os quais são padronizados e de apresentação obrigatória, atendiam às Diretrizes GRI para elaboração de relatos de sustentabilidade, considerando como parâmetro a versão GRI G4 daquelas diretrizes.

No que concerne às contribuições para a prática, pode-se citar os achados referente a não apresentação do RDS por parte de algumas concessionárias. Isso denota um contexto de uma fraca ou inexistente fiscalização por parte da ANEEL.

Foi verificado que a agência falha em fiscalizar as concessionárias, pois 10 concessionárias deixaram de divulgar o RDS o qual é de apresentação obrigatória.

Em termos organizacionais, conforme achados da pesquisa, as concessionárias deixam a desejar quanto ao atendimento das melhores práticas para elaboração de RDS, conforme as Diretrizes GRI. Desse modo, o estudo contribui para que as concessionárias reflitam sobre o processo de elaboração de seus RDS, bem como para o desenvolvimento de mecanismos de controle gerenciais para o monitoramento do desempenho socioambiental da organização.

Pode-se elencar ainda que o estudo contribui para a sociedade porque pesquisas que visem o aprimoramento de RDS estão alinhadas com os objetivos do desenvolvimento sustentável estabelecidos pela comunidade internacional, sendo amplamente incentivados pelo PNUMA das Nações Unidas (ONU, 2012).

No que compete às questões de alinhamento dos RDS às Diretrizes GRI, os achados identificaram algumas oportunidades de melhorias. Primeiro, com relação ao engajamento dos stakeholders, representado pelos resultados obtidos para o indicador GRI 4, o fato de muitas concessionárias já possuírem mecanismos de engajamento de partes interessadas, como *conference call* de resultados e canais de atendimento *on line*, apresenta-se como um ponto positivo, haja vista que, quando esses são ignorados pela organização, tendem a influenciar o processo político para que sejam aprovados regulamentos visando a proteção de seus direitos (ELKINGTON, 2012). Nesse sentido, se as concessionárias passarem a utilizar esses canais para consultá-los sobre as quais informações seriam de interesse dos mesmos, essas poderiam melhorar aspectos referentes ao indicador GRI 3, o qual trata do levantamento de aspectos materiais vinculados a elaboração dos relatórios, essas tendem a melhorar simultaneamente os dois indicadores (GRI 3 e GRI 4), bem como a qualidade e a credibilidade dos RDS elaborados.

Pesquisas subsequentes poderiam tentar identificar fatores determinantes para as diferenças de atendimento às Diretrizes GRI, sobre os motivos dos baixos índices de atendimentos apresentados pelas concessionárias de transmissão. Abordagens que utilizem análises dos conteúdos dos RDS com base na teoria da legitimidade, teoria da regulação, teoria dos *stakeholders* ou abordagens não convencionais poderiam encontrar resultados complementares à presente investigação.

## HOW THE UTILITIES MEET GUIDELINES GRI IN YOUR SUSTAINABILITY REPORTS?

### ABSTRACT

The growing importance of environmental issues has increased the need for organizations to communicate consistently and reliably their actions to stakeholders. This context has increased the publication of sustainability reports. However, there are some difficulties related to the preparation of these reports highlighting the lack of mandatory presentation and lack of standardization. Based on this, this article is intended to verify how the Brazilian electric utilities has met the guidelines of the Global Reporting Initiative (GRI) when preparing their sustainability reports. The study, qualitative and quantitative nature, using content analysis technique for the presence or absence of the indicators proposed by the Global Reporting Initiative in 52 reports of electric utilities. The results showed that the dealers attended partially the guidelines and that the information disclosed, for the most part, do not go through an external verification process.

**Keywords:** Electricity sector. GRI. Sustainability.

### REFERÊNCIAS



AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA (ANEEL). **Resolução Normativa nº 396, de 23 de fevereiro de 2010.** Institui a Contabilidade Regulatória e aprova alterações no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, instituído pela Resolução ANEEL nº 444, de 26 de outubro de 2001. Disponível em: <<http://www.aneel.gov.br/cedoc/ren2010396.pdf>>. Acesso em: 18 out. 2015.

\_\_\_\_\_. **Resolução Normativa 605, de 11 de março de 2014.** Aprova o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, instituído pela Resolução Normativa nº 444, de 26 de outubro de 2001. Disponível em: <<http://www.aneel.gov.br/cedoc/ren2014605.pdf>>. Acesso em: 18 out. 2015.

ALAZZANI, Abdulsamad; WAN-HUSSIN, Wan Nordin. Global Reporting Initiative's environmental reporting: A study of oil and gas companies. **Ecological Indicators**, v. 32, p. 19-24, 2013.

ANZILAGO, Marcielle. Mapeamento do *Global Report Initiative* nas cooperativas agropecuárias do estado do Paraná. 2015. 106 f. **Dissertação** (Mestrado em Ciências Contábeis) – Programa de Pós-Graduação em Contabilidade, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2004.

BEUREN, Ilse Maria. Trajetória da construção de um trabalho monográfico em contabilidade. In: \_\_\_\_\_. Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

BRAGA, Célia et al. Fatores determinantes do nível de divulgação ambiental no setor de energia elétrica no Brasil. **Advances in Scientific and Applied Accounting**, v. 4, n. 2, p. 230-262, 2011.

BRUGNI, Talles Vianna et al. IFRIC 12, ICPC 01 e Contabilidade Regulatória: Influências na Formação de Tarifas do Setor de Energia Elétrica. **Sociedade, Contabilidade e Gestão**, v. 7, n. 2, 2013.

CAGNIN, Cristiano Hugo. Fatores relevantes na implementação de um sistema de gestão ambiental com base na norma ISO 14001. 2002. **Dissertação** - (Mestrado em Administração). Escola de Administração da UFSC, Santa Catarina, 2002.

CALIXTO, Laura. A divulgação de relatórios de sustentabilidade na América Latina: um estudo comparativo. **Revista de Administração**, v. 48, n. 4, p. 828-842, 2013.

CARVALHO, Fernanda de Medeiros. Análise da Utilização dos Indicadores Essenciais da Global Reporting Initiative nos Relatórios Sociais em Empresas Latino-Americanas. 2007. 140 f. **Dissertação** (Mestrado em Ciências Contábeis) – Faculdade de Administração e Ciências Contábeis, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

CASTRO, Fernanda Amorim Ribeiro de Castro. Análise da utilização dos indicadores essenciais da versão “G3”, da Global Report Initiative, nos relatórios de sustentabilidade das empresas do setor de energia elétricas sul americanas. 2008. 179f. **Dissertação** (Mestrado em Ciências Contábeis) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, Faculdade de Administração e Ciências Contábeis, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

COCHRAN, Philip. The evolution of corporate social responsibility. **Business Horizons**, v. 50, n. 6, p. 449-454, 2007.

DIAS, Lidiane Nazaré da Silva. Análise da utilização dos indicadores do Global Report Initiative nos relatórios sociais em empresas brasileiras. 2006. 181 f. **Dissertação** (Mestrado em Ciências Contábeis) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, Faculdade de Administração e Ciências Contábeis, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

FERREIRA-QUILICE, Thiago; CALDANA, Adriana Cristina Ferreira. Negative aspects in reporting model proposed by GRI: the views of the reporting organizations. **Revista de Administração (São Paulo)**, v. 50, n. 4, p. 405-415, 2015.

GARCIA, Solange et al. Qualidade da divulgação socioambiental: um estudo sobre a acurácia das informações contábeis nos relatórios de sustentabilidade. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, v. 12, n. 25, p. 67-94, 2015.

GLOBAL REPORT INITIATIVE (GRI). **Diretrizes para relatos de sustentabilidade, versão G4**: princípios para relatos e conteúdo padrão. Amsterdã: GRI, 2013.

\_\_\_\_\_. **Sobre a GRI.** Disponível em: <  
<https://www.globalreporting.org/Pages/default.aspx>>. Acesso em: 14 out. 2015.

GÓIS, Allan Diógenes; DE LUCA, Márcia Martins Mendes; VASCONCELOS, Alessandra Carvalho de. Determinantes da divulgação dos indicadores de desempenho da GRI nas empresas do Brasil e da Espanha. **Revista Ambiente Contábil**, v. 7, n. 1, p. 155-175, 2015.

GUBIANI, Clésia Ana; SANTOS, Vanderlei; BEUREN, Ilse Maria. Disclosure ambiental das empresas de energia elétrica listadas no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE). **Sociedade, Contabilidade e Gestão**, v.7, n.2, 2013.

HAHN, Rüdiger; KÜHNEN, Michael. Determinants of sustainability reporting: a review of results, trends, theory, and opportunities in an expanding field of research. **Journal of Cleaner Production**, v. 59, p. 5-21, 2013.

JOSEPH, George. Ambiguous but tethered: An accounting basis for sustainability reporting. **Critical Perspectives on Accounting**, v. 23, n. 2, p. 93–106. 2012.

LOZANO, Rodrigo. A tool for a graphical assessment of sustainability in universities (GASU). **Journal of Cleaner Production**, v. 14, n. 9, p. 963-972, 2006.

LOZANO, Rodrigo; HUISINGH, Don. Inter-linking issues and dimensions in sustainability reporting. **Journal of Cleaner Production**, v. 19, n. 2, p. 99-107, 2011.

MARTINI JUNIOR, Luiz Carlos; SILVA, Elmo Rodrigues; MATTOS, Ubirajara Aluizio de Oliveira. Análise da Transparência Corporativa através dos Relatórios de Sustentabilidade com base na Global Reporting Initiative de Empresas do Setor Brasileiro de Energia Elétrica. **Sistemas & Gestão**, v. 9, n. 1, p. 34-46, 2014.

MARTINS, Gilberto de Andrade; THEÓPHILO, Carlos Renato. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. São Paulo: Atlas, 2007.

MILNE, Markus J.; GRAY, Rob. W. (h)ither ecology? The triple bottom line, the global reporting initiative, and corporate sustainability reporting. **Journal of Business Ethics**, v. 118, n. 1, p. 13-29, 2013.

MORISUE, Heloisa Maria Motta; RIBEIRO, Maisa de Souza; PENTEADO, Isabela Alves de Moraes. A Evolução dos Relatórios de Sustentabilidade de Empresas Brasileiras do Setor de Energia Elétrica. **Contabilidade Vista & Revista**, v. 23, n. 1, p. 165-196, 2013.

MOSEÑE, José A. et al. Environmental reporting in the Spanish wind energy sector: an institutional view. **Journal of Cleaner Production**, v. 40, p. 199-211, 2013.

MÜLLER-MONTEIRO, Eduardo. Teoria de grupos de pressão e uso político do setor elétrico brasileiro. 2007. 151 f. **Dissertação** (Mestrado em Energia) - Programa Interunidades de Pós-Graduação em Energia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

MURCIA, Fernando Da-Ri et al. 'Disclosure Verde' nas Demonstrações Contábeis: Características da Informação Ambiental e Possíveis Explicações para a Divulgação Voluntária. **Contabilidade, Gestão e Governança**, v. 11, n. 1-2, 2008.

OLIVEIRA, M. C. et al. Análise Segundo o Modelo de Hopkins das Ações de Responsabilidade Social Empresarial Evidenciadas nas Demonstrações Contábeis e Balanços Sociais – O Caso das Distribuidoras de Energia do Grupo Brasileiro Neoenergia. **Brazilian Business Review**, v. 3, n. 1, jan./jun., p. 32-45, 2006.

RAUPP, Fabiano Maury; BEUREN, Ilse Maria. **In: BEUREN, Ilse Maria. (Org.). Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2013.**

ROCA, Laurence Clément; SEARCY, Cory. An analysis of indicators disclosed in corporate sustainability reports. **Journal of Cleaner Production**, v. 20, n. 1, p. 103-118, 2012.

ROCHA, Tatiana Aparecida Coelho. Análise dos relatórios GRI como uma ferramenta de mensuração da sustentabilidade empresarial. 2012. 247 f. **Dissertação** (Mestrado em Administração de Organizações) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

SIQUEIRA, José Ricardo Maia; FERNANDES, Fernanda Silva. Balanços Sociais no Brasil: uma análise crítica das práticas corporativas. **Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ**, v. 14, n. 2, p. 18-31, 2011.

YAMAMOTO, Marina Mitiyo; SALOTTI, Bruno Meirelles. Informação Contábil: estudos sobre a sua divulgação no mercado de capitais. São Paulo: Atlas, 2006.